

OLIVENÇA, FILHA DA ESPANHA E NETA DE PORTUGAL

Petra Svobodová

Katedra romanistiky, Filozofická fakulta, Univerzita Palackého v Olomouci,
Křížkovského 10, 771 80 Olomouc, Repúblika Checa
petra.svobodova@upol.cz

OLIVENZA, DAUGHTER OF SPAIN AND GRANDDAUGHTER OF PORTUGAL

Abstract: The article is dedicated to the problematic status of the region of Olivenza, which is situated on the border between Portugal and Spain. This region was annexed by Spain during the Napoleonic Wars and it was returned to Portugal by the Congress of Vienna. Nevertheless, despite having recognised Portuguese sovereignty in 1817, Spain has never returned it and has administered it since then. Because of this, the border between Spain and Portugal has never been permanently settled and demarcated and Olivenza has represented a subject of dispute up to now. The article gives a brief outline of the Portuguese and Spanish presence in this territory, concentrating mainly on the legal, political, and cultural aspects of this litigation.

Keywords: Olivenza; Portugal; Spain; litigation; border.

Resumo: O artigo dedica-se à problemática do estatuto de Olivença, uma terra na fronteira entre Espanha e Portugal, que, depois da anexação espanhola durante as guerras napoleónicas, foi devolvida a Portugal pelo Congresso de Viena. Porém, Espanha, apesar de reconhecer a soberania portuguesa em 1817, nunca procedeu à sua retrocessão, pelo que a demarcação das suas fronteiras continua a ser objeto de litígio até hoje. O artigo aborda a história da presença portuguesa e espanhola nesse território e concentra-se, antes de mais, nos aspetos legais, políticos e culturais deste litígio.

Palavras-chave: Olivença; Portugal; Espanha; litígio; fronteira.

1. Introdução

Portugal tem a fama de ser um país com uma fronteira fixa e estável, a mais antiga no mundo ou, pelo menos, na Europa, demarcada já no século XIII, quando o fim da Reconquista no território português trouxe a consolidação do território do país e criou a fronteira com Espanha, só pontualmente alterada nas épocas posteriores. Porém, na verdade, a demarcação da fronteira portuguesa não é tão clara e inequívoca como parece e a imagem dum país com a mais antiga fronteira fixa é, até certo ponto, falsa.

Pode mesmo dizer-se que, pelo contrário, a demarcação da fronteira portuguesa não se encontra até hoje completa, estando por definir uma parte, dado haver uma zona em

que falta colocar 100 marcos divisórios fronteiriços.¹ Esta zona encontra-se a sul das cidades de Elvas e Badajoz, na província de Alentejo, entre o Rio Caia e a Ribeira de Cuncos, ao longo da margem esquerda do rio Guadiana, e abrange o município de Olivença, composto por duas cidades, São Francisco e São Rafael, e quatro aldeias, Vila Real, São Domingos de Gusmão, São Bento da Contenda e São Jorge da Lor, com uma área total de 430 km² e cerca de 12 000 habitantes. Trata-se duma área que representa uma parte integrante do território espanhol, em concreto da comunidade autónoma da Estremadura, mas que, *de jure*, é reivindicada tanto por Portugal como por Espanha. A chamada “Questão de Olivença”, ou seja, a questão da pertença deste território, representa, portanto, ainda hoje, um assunto até certo ponto controverso nas relações diplomáticas entre os dois países e um fator de algum incómodo nas relações luso-espanholas.

2. História

Para se poder entender em que consiste a causa desta controvérsia é preciso voltar à evolução histórica deste território, que nos mostra quais são os fatores que possibilitam até à atualidade esta dupla interpretação da sua pertença.

O território de Olivença foi anexado por Portugal por volta do ano de 1230, quando foi conquistado pelos Templários no âmbito da Reconquista. A maior parte da área conquistada aos mouros no sul de Portugal foi logo doada, em plena propriedade, às ordens militares, concretamente aos próprios Templários, que receberam territórios na Beira Baixa, depois também aos Hospitalários, que receberam pequenas zonas no Alto Alentejo, e finalmente à Ordem de Calatrava, mais tarde conhecida como Ordem de Avis, à qual se doaram grandes terrenos tanto no Alto Alentejo como no Baixo Alentejo, inclusive a zona de Olivença (Marques 1985:142). Em Olivença a Ordem de imediato construiu a igreja de Santa Maria e o castelo, que na altura do rei D. Dinis representava um exemplo significativo da atividade construtora militar, dando assim início ao povoamento da área (Marques 1985: 186). O documento-chave para Olivença é o tratado de Alcañizes de 1297, assinado por D. Dinis de Portugal e D. Fernando IV de Castela após a guerra civil em Castela (1295-1297), na qual Portugal interveio e da qual beneficiou territorialmente, apoderando-se da região entre os rios Coa e Águeda (Marques 1985: 211). O objetivo do tratado foi retificar a fronteira alentejana, demarcando assim de novo a fronteira entre Portugal e Espanha devido ao que Olivença oficialmente se torna portuguesa, juntamente com outras vilas como Campo Maior ou Ouguela, que até hoje fazem parte do território português (Klíma 2007: 69).²

Em 1298 D. Dinis atribuiu à vila o seu primeiro foral e fez dela uma fortaleza com uma muralha de 14 torres, apontando desta maneira para o papel militar que a sua posição estratégica proporcionava, suscetível de a tornar fundamental na defesa da fronteira portuguesa na zona de Elvas e Badajoz. Além da importância militar, Olivença tinha também importância comercial: juntamente com outras vilas fronteiriças representava durante a Idade Média, particularmente nos séculos XV e XVI, um dos importantes portos secos na raia, quer dizer, uma das cidades aduaneiras que serviam para defender o mercado nacional e desse modo ajudavam na centralização do poder real (Marques 1985: 301).

¹ Os respetivos marcos são numerados 801-900. Cf. “Petição: O estatuto jurídico de Olivença”, consultado em 5 de junho de 2015, <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=P2009N53>.

² Em troca, Portugal entrega ao poder de Espanha as vilas de Esparregal, Ayamonte, Ferreira de Alcantara e Valencia de Alcantara (Marques 1985: 211).

No início do século XVIII (em concreto, entre os anos 1702-1714) ocorreu a Guerra da Sucessão Espanhola, durante a qual em 1709 foi destruída a ponte de Ajuda, a única sobre o Guadiana, construída no período manuelino, ligando Olivença a Portugal, o que significa que Olivença se tornaria muito vulnerável e isolada, dado ficar separada do território português pelo rio Guadiana. Por isso, quando no fim do século XVIII Portugal muda de tática militar da ofensiva para a defensiva e convida estratégias militares estrangeiros, como, por exemplo, Charles R. Rainsford, Guillaume Louis Antoine de Valleré, Christian August von Waldeck ou o conde de Miremont, a criarem uma nova estratégia de defesa do território português, todos eles aconselham que se abandone Olivença, deixando-se a área sob soberania espanhola. A sua recomendação justificava-se por vários motivos. O argumento principal era a manutenção de Olivença ser demasiado dispendiosa, o que estava estreitamente ligado ao facto de o isolamento do território, causado pela destruição da ponte sobre o Guadiana, e a conseqüentemente péssima ligação com o território português impedirem o possível abastecimento da cidade do lado de Portugal. Devido a isso, Olivença, na opinião dos estrategas, representava uma certa armadilha, da qual seria difícil escapar no caso de a cidade ser atacada por Espanha, uma vez que o único caminho pelo qual as tropas portuguesas podiam eventualmente fugir seria através do rio Guadiana. No entanto, apesar destes conselhos, os soberanos portugueses insistiram na incorporação da área oliventina no território português.

Logo a seguir, já em 1801, acontece um evento-chave da história oliventina, que mostrou claramente que estes conselhos não careciam de fundamento. No âmbito das guerras napoleónicas, Portugal é obrigado por França e Espanha a revogar a sua aliança com Inglaterra; uma vez que rejeita fazê-lo, é invadido por forças espanholas numa guerra bastante curta, conhecida sob o nome de Guerra das Laranjas. Sob a liderança do militar espanhol Manuel de Godoy, as tropas espanholas de 60 000 homens invadiram em 27 de fevereiro de 1801 o território português, ocuparam grande parte do Alto Alentejo e conquistaram facilmente também a cidade de Olivença (Freijeiro 1990: 757). Havia nessa guerra um interesse mais diplomático do que militar, sendo o objetivo do conflito bélico forçar Portugal a assinar um armistício de rendição e garantir desta maneira a revogação da aliança com Inglaterra; a perda de Olivença tinha então um papel antes simbólico (Mattoso 1993: 22). As tropas espanholas asseguraram assim o cumprimento deste objetivo com bastante rapidez: Portugal, incapaz de defender o seu território, assinou em 6 de junho de 1801 o tratado de paz, conhecido como Tratado de Badajoz, em que se concedia, do ponto de vista espanhol definitivamente, o território de Olivença a Espanha.³ Além disso, Portugal promete encerrar os seus portos aos navios de guerra e mercantes da Grã-Bretanha e é sujeito a pagar à França uma enorme indemnização de 15 milhões de libras tornesas (Freijeiro 1990: 757). Espanha, por seu lado, prometia garantir que o Guadiana iria formar desde então a fronteira entre Portugal e Espanha (Klíma 2007: 235).

No entanto, esta garantia torna-se ilusória quando em 1807 Godoy decide colaborar com o Napoleão no seu esforço de impor definitivamente o Bloqueio Continental, que até então tinha sido constantemente desrespeitado pelos portugueses, dependentes economicamente do seu comércio com a Inglaterra. Em 27 de outubro Godoy assina o Tratado de Fontainebleau, pelo qual França e Espanha concordam em ocupar o território português

³ É de salientar que a entrega de Olivença foi apresentada por Espanha como uma concessão do lado espanhol, sendo a exigência espanhola original a entrega de todo o território do lado esquerdo do Guadiana ocupado por Espanha durante a Guerra das Laranjas.

e dividi-lo entre os dois países, assegurando desta maneira que os portos portugueses fiquem fechados aos barcos ingleses (Artera 1995: 385). Sob o pretexto de invadir Portugal, um ano mais tarde o exército francês ultrapassa os Pirenéus e no final não ocupa apenas Portugal mas também o território espanhol, aproveitando-se de discordâncias entre os partidários de Godoy e do rei Fernando VII (Artera 1995: 375).

O rei português D. João VI, refugiado das tropas espanholas e francesas desde 1808 no Brasil, aproveita a participação espanhola na ocupação francesa do território português e lança a público o Manifesto de 1 de Maio de 1808, em que proclama que Portugal denuncia o Tratado de Badajoz, declarando-o “nulo e de nenhum vigor”⁴ e justificando esta proclamação pelo não cumprimento, pelo lado espanhol, dum termo basilar incluído no próprio tratado: a violação de qualquer dos seus artigos resultaria no seu cancelamento. Sendo um dos termos basilares deste tratado a garantia de o rio Guadiana representar fronteira entre Portugal e Espanha, a sua ultrapassagem durante a invasão francesa representava para Portugal um bom pretexto para a anulação do respetivo tratado.

A nível internacional, à questão da vigência do Tratado de Badajoz volta-se apenas em 1815 no Congresso de Viena, convocado para redesenhar o mapa da Europa depois das guerras napoleónicas. O Congresso anula todos os tratados firmados na época napoleónica, como o de Badajoz, e, devido ao esforço dos diplomatas portugueses Duque de Palmela e Duque de Saldanha, inclui no ato final o artigo 105.º, em que se nega a legitimidade dos direitos espanhóis sobre Olivença e se confirma que Portugal é o único soberano naquela zona. Espanha, por seu lado, era representada no Congresso pelo diplomata Pedro Gómez Labrador que, ao contrário de outros negociadores, como o francês Talleyrand ou o austríaco Metternich, era considerado um negociador fraco e incapaz de defender os interesses espanhóis, o que se revelou claramente nesta controvérsia, quando, em vez de insistir na vigência do Tratado de Badajoz, se concentrou na negociação da indemnização francesa. Como resultado do insuficiente esforço da diplomacia espanhola durante o Congresso, Espanha perde o seu estatuto de grande potência mundial e quando se passa à assinatura do documento final do Congresso, é abordada como uma potência secundária, pelo que rejeita assiná-lo e fá-lo-á só dois anos mais tarde, em 7 de maio de 1817, entrando um mês depois, com dois anos de atraso, também na Santa Aliança (Artera 1995: 430). Porém, o cumprimento do prometido, quer dizer da devolução do território oliventino, foi-se adiando e Olivença acabou por nunca ter sido entregue às mãos dos portugueses, sob o pretexto de Espanha não respeitar as decisões do Congresso de Viena, porque o congresso não teria, a nível internacional, força legal suficiente para impor tal ordem. Por conseguinte, o Tratado de Badajoz continua válido do ponto de vista espanhol, enquanto Portugal o considera anulado, surgindo, devido a esta discrepância, a “Questão de Olivença”, a disputa fronteiriça entre Espanha e Portugal, até hoje não resolvida. (Klíma 2007: 235).

Deste modo, quando em 1864 Portugal e Espanha procederam à demarcação oficial da sua fronteira, a Comissão Internacional de Limites foi obrigada a interromper os seus trabalhos na desembocadura do rio Caia, porque naquela zona Portugal rejeitou respeitar a soberania espanhola. A demarcação da fronteira continuou parada até 1926, quando a Comissão retomou a tarefa, mas começou a demarcar a fronteira só a partir da desembocadura da Ribeira de Cuncos, a sul de Olivença. Devido a isso, na área entre as

⁴ Cf. O texto “Litígio” nas páginas *web* do Grupo dos Amigos de Olivença, consultadas em 8 de junho de 2015, <http://www.olivenca.org/litigio.htm>.

duas desembocaduras não há até hoje demarcação oficial da fronteira luso-espanhola, continuando a soberania de Olivença a representar objeto de litígio entre os dois países.

3. Estado atual

Passando ao estado atual da “questão de Olivença”, isto é, se há hipótese da sua devolução e se há interesse em que se concretize, temos de distinguir dois – ou talvez seja melhor dizer três – aspetos importantes. O primeiro é o aspeto jurídico, ou seja, o estatuto *de jure* de Olivença. O segundo é o aspeto político, estreitamente ligado ao aspeto jurídico, isto é, se a questão hoje ainda existe enquanto assunto político nas relações luso-espanholas. E como terceiro ponto devemos mencionar também o aspeto cultural, quer dizer, o grau de lusitanidade ou espanholismo deste município, porque, mesmo que a questão da devolução de Olivença a Portugal eventualmente represente um assunto político levado a sério, tal ainda não significa que esta controvérsia seja levada a sério pelos próprios habitantes da zona e que ainda hoje suscite o seu interesse.

3.1. Aspeto jurídico

Quanto ao aspeto jurídico, a atitude portuguesa é bastante clara, ou seja, para a ordem jurídica portuguesa Olivença continua a formar parte do território português. O direito à soberania sobre Olivença tem sido consagrado por todas as constituições portuguesas. Na última, nos parágrafos 1-3 do artigo 5.º, constata-se que “Portugal abrange o território historicamente definido no continente europeu”, e proclama-se que “o Estado não aliena qualquer parte do território português ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce, sem prejuízo de rectificação de fronteiras”.⁵

Espanha, pelo contrário, continua a desrespeitar o congresso de Viena e insiste na vigência do Tratado de Badajoz. Além disso, argumenta que os dois países são membros da União Europeia e que as fronteiras no Espaço Schengen ficam abertas. Portanto, a questão de a demarcação das fronteiras entre os dois países finalmente se completar não representa, para Espanha, nenhum assunto urgente para resolver.

Raramente se ouvem vozes espanholas que coloquem em dúvida a atitude de Espanha perante esta questão. Uma delas costumava ser a voz do ex-rei Juan Carlos I, sempre considerado um defensor dos interesses portugueses,⁶ mesmo que a sua atitude fosse verdadeiramente minoritária. Assim, sempre que Espanha relembra à Grã-Bretanha a devolução de Gibraltar, o rei espanhol apontava para as semelhanças nas disputas sobre Olivença e Gibraltar e para as discrepâncias nas atitudes de Espanha quanto a estas duas questões, enfatizando que o direito de Portugal a Olivença é muito mais justificável do que o direito espanhol a Gibraltar, já que Gibraltar foi entregue à Grã-Bretanha pelo Tratado de Utrecht de 1713, que nunca tinha sido posto em causa, enquanto o Tratado de Badajoz fora oficialmente anulado.⁷

⁵ Cf. Constituição da República Portuguesa, consultado em 8 de junho de 2015, <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

⁶ Graças a isso foi-lhe conferido Grande Colar da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito em 2000.

⁷ Não foi só na questão de Olivença que o Rei defendeu os interesses de Portugal; foi também um grande defensor de Portugal na política agrícola, reivindicando os direitos dos pescadores e agricultores portugueses perante a concorrência desleal dos espanhóis.

A nível internacional, deparamos com um certo silêncio diplomático. Durante o século XX Portugal tentou várias vezes (concretamente em 1952, 1958, 1959 e 1968) reivindicar o território na Comissão Internacional de Limites, confiando na sua autoridade internacional. Porém, o único resultado foi a reunião da Comissão em Madrid em 1974 por causa desta questão e a emissão dum parecer jurisconsulto, exigido pelos delegados espanhóis, em relação à mesma. Ainda que no parecer se reconhecessem os direitos que Portugal legitimamente possuía para reclamar Olivença, Espanha não o respeitou e Portugal desistiu a partir de então de trazer esta questão perante a Comissão de Limites. Assim, a “questão de Olivença” continua a ser considerada um litígio entre os dois países ainda por resolver, figurando até devido a isso no bastante respeitado relatório *The World Factbook of CIA*, que integra um compêndio de conflitos mundiais anualmente emitido por esta organização no qual se fornecem informações sobre a segurança nacional dos países no mundo. Na secção sobre disputas fronteiriças constata-se que “Portugal não reconhece a soberania espanhola sobre o território de Olivença baseada numa interpretação diferente do Congresso de Viena de 1815 e do Tratado de Badajoz de 1801”.⁸

3.2. Aspeto político

Passando para o aspeto político desta questão, podemos dizer que apesar de Portugal se manter firme no seu direito à soberania sobre Olivença, essa firmeza nem sempre se nota nas suas atitudes políticas. Oficialmente, hoje em dia Portugal não reclama a devolução de Olivença, dizendo, por exemplo nas palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros Martins da Cruz proferidas em 2005, que a questão “estava congelada desde o Tratado de Viena” e que “não figura na agenda política portuguesa”,⁹ mas não renunciando também à sua pretensão. Por outras palavras, Portugal mantém um silêncio diplomático em relação a Olivença, mas periodicamente, para que o silêncio não seja interpretado como reconhecimento tácito da ocupação, faz lembrar a Espanha que continua a considerar Olivença parte do seu território. Da Assembleia da República não só chegam ocasionais declarações públicas no sentido de que “se mantém a doutrina jurídico-política que tem sido seguida relativamente ao território de Olivença” e que “*de jure*, Olivença é parte de Portugal”,¹⁰ mas também a contínua rejeição na Comissão Internacional de Limites da delimitação da fronteira entre o Rio Caia e a Ribeira de Cuncos, recusando-se assim indicar na cartografia oficial esse limite fronteiriço.

Porém, ao não mencionar estas proclamações, Portugal na verdade não faz ativamente nada para obter a devolução do território, predominando, em geral, a atitude de deixar o assunto fechado nos arquivos históricos, como, por exemplo, no Tratado de Amizade e Cooperação entre Espanha e Portugal de 1977, em que se confirma a “inviolabilidade de fronteiras comuns e integridade dos territórios”.¹¹ Portanto, quando a CIA divulgou o seu relatório, grande parte dos políticos portugueses fez comentários irritados, porque

⁸ Traduzido do inglês pela autora do artigo. Cf. *The World Factbook of CIA*, consultado em 8 de junho de 2015, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/po.html#Issues>.

⁹ Cf. artigo “CIA mandou retirar questão de Olivença do seu anuário de conflitos internacionais” nas páginas *web* do Grupo dos Amigos de Olivença, consultado em 8 de junho de 2015, <http://www.olivenca.org/actualidadeDetalhe.asp?categoria=NOTICIAS&ID=220>.

¹⁰ Cf. Páginas *web* do Grupo dos Amigos de Olivença, consultadas em 8 de junho de 2015, <http://www.olivenca.org/litigio.htm>.

¹¹ Cf. Artigo 2.º da Resolução 59-A/78, consultado em 8 de junho de 2015, <http://dre.tretas.org/dre/75414>.

o mesmo dava relevo a um assunto que eles tinham feito muito esforço no sentido de que não constasse da agenda diplomática.

Assim, se a “questão de Olivença” aborda-se hoje em dia na política, o que é um caso bastante raro, representa antes um assunto da política interna, de que a maioria dos partidos políticos abusa na luta entre esquerda e direita, numa acusação mútua de falta de patriotismo em relação ao assunto. Um dos poucos grupos políticos que tenta ativamente lutar pela devolução de Olivença são os monárquicos, inclusive D. Duarte Pio, atual chefe da Casa Real de Bragança, que propõem que se lhe atribua um estatuto semelhante, por exemplo, ao de Andorra, o que significaria fazer do município um principado administrado tanto pelo rei espanhol como pelo presidente português ou criar nele uma região autónoma com a sua própria autarquia. No entanto, como os partidários dos monárquicos são pouco numerosos e o seu esforço não é particularmente intenso, a probabilidade de voltarem a fazer da “questão de Olivença” um assunto de interesse político é relativamente diminuta.

Quanto à atitude de Espanha, prevalecem as vozes daqueles que consideram a “questão de Olivença” um assunto morto e negam a existência de qualquer polémica. Qualquer tentativa de trazer este problema de novo à luz do dia é por isso percebida como inadmissível interferência no *status quo*. Um caso exemplar da atitude espanhola é o escândalo do ano de 2003 causado pela publicação do livro *Ceuta, Melilla, Olivenza y Gibraltar¿Donde acaba España?*, cujo autor, o embaixador espanhol Máximo Cajal López (1935-2014), advoga a devolução de Olivença a Portugal e de Ceuta e Melilla a Marrocos, em troca de Gibraltar. O livro foi condenado como politicamente bastante incorreto e o partido de Cajal, o Partido Socialista e Obrero Español (PSOE), afastou-o de imediato da política, cerceando-lhe assim a carreira diplomática e política.¹² Porém, tal como o governo português, o governo espanhol aproveita todas as – poucas – ocasiões que tem para mostrar que percebe Olivença como parte integrante do seu território. Um bom exemplo de como se reflete a atitude portuguesa e também a espanhola quanto a Olivença no âmbito das relações luso-espanholas é a conhecida “disputa sobre a ponte”. Em 1990, na Cimeira Ibérica, os primeiros-ministros português e espanhol, Cavaco Silva e Felipe Gonzalez, decidiram que Portugal iria construir uma nova ponte sobre o Guadiana enquanto Espanha recuperaria a antiga Ponte de Ajuda. Porém, em 1994 o governo português bloqueou o projeto porque o achou perigoso, dado a cooperação poder ser percebida como reconhecimento de direitos espanhóis. Mesmo assim, Portugal cumpriu o prometido e, ainda por cima, assumiu responsabilizar-se também pela reconstrução da antiga Ponte de Ajuda. Como a ponte se encontra perto da cidade portuguesa de Elvas, o governo português transferiu a execução do projeto para as entidades autárquicas desta cidade, sem o analisar com o governo espanhol, demonstrando assim considerar o assunto não internacional, mas sim de âmbito nacional, realizado plenamente em território português. No entanto, quando o projeto estava a finalizar-se no ano de 1999, em Espanha chegou ao poder o presidente do Governo José Maria Aznar, que mudou o curso da política externa; assim, quando os operários portugueses começaram a trabalhar no lado espanhol do rio Guadiana, a câmara municipal de Olivença, sob pressão do governo

¹² Cf. o artigo “Máximo Cajal, el ex diplomático que pidió que se entregara Ceuta y Melilla a Marruecos”, consultado em 12 de junho de 2015, <http://www.libertaddigital.com/mundo/maximo-cajal-el-ex-dipomatico-que-pidio-que-se-entregara-ceuta-y-melilla-a-marruecos-1276254717>, ou também o artigo “Ceuta, Melilla, Gibraltar, Olivenza: deudas pendientes”, consultado em 11 de junho de 2015, http://elpais.com/diario/2003/10/19/domingo/1066535557_850215.html.

central, mandou até lá a polícia para investigar se tinham autorização das autarquias espanholas sob a forma de documento escrito. Como isto contrariava o procedimento habitual – costumava tratar-se destes assuntos só verbalmente – e os trabalhadores portugueses não possuíam de facto essa autorização, a polícia espanhola confiscou toda a maquinaria. Apesar disso, Portugal acabou a construção em 2000, mas, em contrapartida, começou a levantar obstáculos à recuperação espanhola da ponte antiga.¹³ Devido a isso, a ponte permanece inacabada e toda a disputa sobre a sua construção serve como um bom exemplo do comportamento dos governos de Portugal e Espanha em relação à “questão de Olivença”, mostrando que não fazem verdadeiro esforço para resolver para sempre o estatuto de Olivença a nível jurídico e político, mas que se esforçam bastante para demonstrar que não levam o seu *status quo* atual como definitivo e que os dois se arrogam o direito de soberania sobre o município.

3.3. Aspeto cultural

Finalmente, chegamos ao aspeto cultural. Se há ou não há hipótese de Olivença voltar para Portugal depende não só de declarações políticas mas, antes de mais, da atitude da população de Olivença, que, logicamente, reflete a sua identidade cultural, enraizada na sua identificação ou com Espanha ou com Portugal.

Logo desde o ano de 1815 que Espanha se portou como entidade soberana na zona e começou com tentativas de adaptação daquela área à cultura espanhola, que incluíram até a proibição do uso da língua portuguesa em 1840. Essas tentativas aumentaram ainda mais com a chegada ao poder do regime franquista, nos anos 30 do século XX, que trouxe um crescimento exponencial do nacionalismo. Houve, por isso, muito esforço na “aculturação” de Olivença, o que se notou, por exemplo, na construção de duas aldeias novas, povoadas por habitantes oriundos de toda a Espanha e denominadas San Francisco de Olivenza (em honra de Generalíssimo Francisco Franco) e San Rafael de Olivenza (em honra do seu ministro da Agricultura, Rafael Cavestany Anduaga). O objetivo principal desta povoação artificial reflete o nacionalismo exagerado do regime franquista ou, melhor dizendo, o seu pró-castelhanismo – a povoação deve reprimir o elemento português e incentivar a divulgação da língua e cultura espanholas. Entre outras manifestações da aculturação podemos mencionar a substituição da toponímia portuguesa pela espanhola ou a já referida proibição e penalização do uso da língua portuguesa em público, incluindo nas igrejas.¹⁴

Devido a este esforço, a cultura e língua portuguesas ficaram numa posição bastante difícil e marginalizada. Hoje em dia restam poucos vestígios da cultura portuguesa, dos quais podemos mencionar antes de mais a arquitetura, quando nas ruas de Olivença deparamos com excelentes exemplos de estilo manuelino, azulejos ou calçada portuguesa,

¹³ Quando em 2003 os espanhóis começaram com a reconstrução, o Grupo dos Amigos de Olivença pediu ao governo português a anulação do acordo de 1990, renovado em 2000, em Évora. Mais tarde, o Grupo denunciou as autoridades espanholas que não tinham licença do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, obrigatória porque a ponte está listada entre os imóveis de interesse público. Além disso, acusaram Espanha de que a reconstrução espanhola danificou a ponte e processaram-na no tribunal de Elvas. Espanha admitiu a culpa e preparou um novo projeto da reconstrução que se começou a realizar a partir de 2007. Cf. por exemplo *Diário de Bordo*, consultado em 12 de junho de 2015, <http://mtfoliveira.blogspot.cz/2013/03/a-linha-que-nos-separa-xix.html>.

¹⁴ O seu uso era sujeito a multa ou até a detenção. Cf. “Breve história de Olivença”, consultado em 16 de junho de 2015, <http://www.tintazul.com.pt/castelos/olv/historia.html>.

graças ao que Olivença é, do ponto de vista da relevância de monumentos históricos, considerada a décima terceira cidade portuguesa com monumentos mais importantes e apreciados.¹⁵

Outra área em que encontramos vestígios da cultura portuguesa é a música, no campo da qual podemos mencionar, por exemplo, a cantora oliventina Raquel Sandes e o seu grupo musical Acetre, que, de propósito, cantam tanto em português como em espanhol e apresentam um repertório bicultural, aproveitando assim a música como um instrumento suscetível de unir as duas culturas.¹⁶ Como exemplo de atitude contrária pode servir o antigo grupo infantojuvenil Onda Choc, fundado em 1986 por Ana Faria, que usou a música para chamar a atenção para a “questão de Olivença”, interpretando canções com uns certos traços de nacionalismo português, como se pode notar especialmente na sua canção patriótica “Tem fé, ó Olivença” em que deparamos com versos como “Tem fé, ó Olivença! Ó irmã secular! Não podes cair numa descrença, verás que um dia tu vais voltar” ou “Irá ter fim um dia a tormenta, tu és lusa, não és castelhana”.¹⁷

Quanto à língua portuguesa, a situação é, na verdade, um pouco pior. Até 1940 Olivença era bilíngue e os falantes de português prevaleciam pelo menos nas zonas rurais; porém, a pressão espanhola de não usar português nas ocasiões públicas causou um retrocesso do uso do português como tal, uma vez que nessa altura a geração dos pais começava a falar com os seus filhos em espanhol, que se tornava assim a sua língua materna. Hoje só as pessoas nascidas antes do ano de 1940 usam português como língua primeira ou materna, pelo que podemos dizer que a diglossia anterior foi substituída por uma posição dominante do espanhol. Além disso, aqueles que são bilíngues hoje em dia são não só pessoas idosas mas também pessoas com baixo prestígio social e sem muita formação, sendo o uso do português socialmente marcado como desprestigiante e identificado com a ruralidade e o analfabetismo. A variante portuguesa até adquiriu o nome “chaporreo”, ou seja “mau português”, o que comprova o seu baixo estatuto social.¹⁸

Resumindo a situação atual na cultura em relação ao estatuto político de Olivença, podemos ver que a escassa presença da língua e cultura portuguesas não justifica suficientemente a adesão de Olivença a Portugal. O período do domínio espanhol na esfera da cultura foi longo demais, devido ao que nem o esforço para a relusitanização da zona, com o qual deparamos na atualidade, sem que o governo espanhol lhe ponha obstáculos, pode alterar o caráter predominantemente espanhol da zona. Assim, as tentativas da relusitanização dos topónimos, de recuperação do legado patrimonial de origem portuguesa (como, por exemplo, a Igreja de Santa Maria do Castelo ou a de Santa Maria Madalena), a fundação do museu etnográfico, o apoio do Instituto Camões/Camões – Instituto da Cooperação e da Língua à organização de eventos culturais de todos os géneros, como o Encontro de Escritores de Portugal e Estremadura de 2012, em que participaram autores famosos como José Luís Peixoto, ou até o subsídio para a lecionação de cursos

¹⁵ Não é assim de estranhar que os defensores de Olivença tenham protestado quando Espanha, em 2012, elegeu numa votação na internet a Igreja de Santa Maria Madalena em Olivença como um monumento histórico espanhol, designado “o Melhor Recanto de Espanha”. Cf. o artigo no *Diário de Notícias* “Igreja de Olivença é o Melhor Recanto de Espanha 2012”, consultado em 12 de junho de 2015, http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2794220.

¹⁶ Cf. “Acetre, um grupo bicultural”, consultado em 12 de junho de 2015, <http://portugal-mundo.blogspot.cz/2010/01/acetre-um-grupo-bicultural.html>.

¹⁷ Cf. “Tem fé, ó Olivença”, consultado em 14 de maio de 2015, <http://www.youtube.com/watch?v=JzfnmFgyb8A>.

¹⁸ Cf. “Olivença e o chaporreo”, consultado em 16 de junho de 2015, <http://letratura.blogspot.cz/2008/04/olivena-e-o-chaporreo.html>.

de língua portuguesa na Universidade Popular de Olivença, não são suficientes para inverter a evolução rumo à espanholização da zona e para manter a cultura e a língua portuguesas vivas. Como prova disso serve o facto de que o português é ensinado apenas como língua estrangeira e no total há só uns 800 estudantes em todos os colégios da zona que o aprendem, pelo que só dificilmente poderá um dia competir com o espanhol.¹⁹

Além disso, há outros fatores que aproximam os oliventinos de Espanha mais do que de Portugal, dos quais o económico não é o menor: os habitantes sabem bem que Espanha dispõe de maior força económica, o que se mostrou bastante visivelmente durante a crise económica que começou em 2008, quando os portugueses começaram a ir a Olivença para fazer compras ou em busca de trabalho, enquanto os oliventinos fizeram o mesmo em Espanha. Assim, mesmo que os oliventinos digam que se sentem mais à vontade em Portugal, é óbvio que politicamente preferem fazer parte de Espanha.

4. Considerações finais

Resumindo os dados acima referidos, estamos perante a questão se vale a pena ainda hoje falar sobre este litígio, que é tão frequentemente percebido como meio esquecido e quase sorridente.

Por um lado, vale, porque, mesmo com as fronteiras algo esbatidas dentro da União Europeia, poderia ser útil legitimizar este pedaço de fronteira, para que a disputa não fosse mais usada pelos nacionalistas portugueses como prova de que Espanha quer devorar não só Olivença como todo o Portugal, o que hoje em dia podemos ler nos seus blogs na internet, em que deparamos com comentários como “Olivença tem que ser Portugal já, antes que o Rei de Espanha transforme Portugal numa Grande Olivença”.²⁰

Além de nacionalistas extremistas, há também outros grupos de interesse que se dedicam a este assunto e nos quais a “questão de Olivença” sempre suscita bastantes emoções. Existem pelo menos duas páginas de Facebook que se dedicam à problemática, uma denominada *Olivença é Território Português*, que tem, porém, apenas 148 aderentes, e outra denominada *Nossa Olivença*, que é organizada por Miguel Esteves Cardoso, um jornalista português bastante conhecido e um dos lutadores mais famosos pela devolução de Olivença a Portugal. Nas respetivas páginas surgem comentários muito emotivos, tanto do lado português, como do lado espanhol, como “Olivença é hoje, sob a ocupação e administração espanhola, um verdadeiro antro de podridão: uma terra plena de vícios, ilegalidades e crimes!!!” ou – para mostrar atitudes pró-espanholas – “En Olivenza ni los perros quieren ser portugueses...”.²¹

Ainda hoje existem também associações que lutam ativamente pela devolução de Olivença a Portugal, tais como o Grupo de Amigos de Olivença (GAO), uma associação fundada já em 1944, que em certas alturas teve forte apoio de personalidades influentes, como, por exemplo, o general Humberto Delgado. Hoje representa o maior lutador

¹⁹ Como outra prova serve o facto de que, quando A Carta Europeia de Línguas Minoritárias pediu a Espanha em 2005 que esclarecesse qual é a posição do português em Olivença, Espanha tenha enviado um relatório a dizer que não se tinham encontrado nenhuns vestígios de português verdadeiramente falado.

²⁰ Cf. “Crítica ou Crônica?”, consultado em 17 de junho de 2015, <http://criticaoucronica.blogspot.cz/2011/09/olivenca-e-portugal.html>.

²¹ Cf. *Olivença é Território Português*, consultado em 17 de junho de 2015, <https://www.facebook.com/pages/Oliven%C3%A7a-%C3%A9-Territ%C3%B3rio-Portugu%C3%AAs/143460752347435?fref=ts>. Cf. também *Nossa Olivença*, consultado em 17 de junho de 2015, <https://www.facebook.com/pages/Nossa-Oliven%C3%A7a/134387826586981?fref=ts>.

pela retrocessão de Olivença e, além de outras atividades, incentivou na internet uma petição em que se fala sobre a necessidade de devolução de Olivença devido à “brutal, persistente e insidiosa repressão castelhanizante” e em que a política espanhola em relação a Olivença é designada por “genocídio cultural”.²² A legitimação da fronteira de Olivença com certeza ajudaria a acalmar estas emoções que, apesar de não terem grande impacto na vida pública, nem abordarem diretamente a área da política, causam certas perturbações nas relações luso-espanholas.

Por outro lado, podemos dizer que, do ponto de vista político, o assunto está praticamente morto e sem pressão política nunca se poderá conseguir uma mudança do estado atual. É de destacar que a iniciativa de organizações como o Grupo de Amigos de Olivença nunca será suficiente para mudar este estado e obrigar os políticos a levar esta questão a sério, o que se pode ver do facto de a petição para a devolução de Olivença incentivada por esta associação ter sido até hoje assinada por apenas 742 pessoas, sendo necessárias 4 000 assinaturas válidas para se poder proceder a um contacto com o governo.²³

Para concluir há que dizer que o que mais complica qualquer mudança do estado atual e desvaloriza toda a questão é, como já vimos, a atitude do próprio povo de Olivença. O problema dos lutadores pela devolução consiste em que na maioria dos casos vêm de fora, ou seja, não são oliventinos, o que faz com que o seu esforço seja pelos habitantes percebido como um pouco forçado e artificial, e até exagerado, pelo que não obtém muito apoio. Portanto, quando o presidente do Grupo de Amigos de Olivença se esforça por organizar em Olivença o plebiscito sobre o futuro do município, insiste que vai fazê-lo só sob condição de Olivença e o Grupo de Amigos de Olivença terem 4 anos para preparar os habitantes para o escrutínio, porque, se alguém os questionasse de imediato, o presidente pressupõe que só 5 ou 10 % da população mostraria desejo de fazer parte do território português. A insistência dele nesta condição mostra claramente que o movimento pró-Portugal não é tão popular em Olivença como se pode depreender das atividades do Grupo de Amigos de Olivença. Pelo contrário, a atitude fortemente pró-espanhola reflete o facto de que, apesar de todo o esforço de relusitanização ocorrido nos últimos anos, devido à política de nacionalismo espanhol e à forte repovoação espanhola durante o regime franquista Olivença é hoje maioritariamente espanhola, sendo o espanhol a língua principal e registando-se culturalmente uma distância muito maior entre Olivença e Portugal do que entre Olivença e Espanha. Esta inegável distância foi bem documentada já há anos numa canção popular de Olivença em que se canta que “Las muchachas de Olivenza no son como las demás, porque son hijas de España y nietas de Portugal”.²⁴

Portanto, as tentativas para aumentar a portugalidade na região são um pouco semelhantes às tentativas para promoção da língua e cultura mirandesas na Terra da Miranda, ou seja, como vêm de fora, são percebidas como bastante artificiais, acabando por não suscitar muito interesse junto da população local. Deste modo, não há muita hipótese de intensificar a presença da língua e cultura portuguesas na dada região ou, pelo menos,

²² Cf. “Petição Entrega de Olivença a Portugal”, consultado em 17 de junho de 2015, <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=Olivenca>.

²³ Dado válido no dia da consulta da petição, ou seja, em 17 de junho de 2015. *Ibidem*.

²⁴ Cf. “Folklore extremeño”, consultado em 17 de junho de 2015, <https://folkloreestremeno.wordpress.com/2009/02/19/jota-la-uva>.

de mantê-las lá, e quando acrescentamos a este fator a falta da vontade política para conseguir a devolução de Olivença, a questão de Olivença está, na verdade... fora de questão, ou seja, acaba por não valer a pena pensar na sua reincorporação no território português. Em vez disso, seria mais razoável ponderar-se a solução alternativa já realizada, o que quer dizer a criação de uma euro-região na antiga fronteira problemática entre as cidades espanholas de Olivença, Badajoz, La Codosera e Albuquerque e as cidades portuguesas de Campo Maior, Arronches, Portalegre, Elvas a Estremoz, ocorrida em 2008 (Berdichevsky 2013: 3) com o objetivo de melhorar a cooperação fronteiriça. Deverá também continuar a fomentar-se a relação entre Olivença e Portugal baseada na interligação histórico-cultural, aproveitando-se propostas mais pacíficas e menos emotivas, na linha, por exemplo, da do linguista Malaca Casteleiro, que num Congresso em Santiago de Compostela, no ano de 2007, propôs que seria mais racional envidarem-se prioritariamente esforços para se conseguir a cidadania dupla e o ensino sistemático de português em Olivença, porque Portugal nunca mais irá conseguir “politicamente trazer Olivença para o outro lado do rio Guadiana”.²⁵

Bibliografia

Acetre, um grupo bicultural. Consultado em 12 de junho de 2015.

<http://portugal-mundo.blogspot.cz/2010/01/acetre-um-grupo-bicultural.html>.

ARTERA, Antonio Ubieto et al. (1995), *Dějiny Španělska*, Praha: Nakladatelství Lidové noviny.

BERDICHEVSKY, Norman (2013), “A Questão Olivença – Muito Barulho por Nada ou Orgulho Ibérico?” 1-7. Consultado em 17 de junho de 2015.

http://www.portvitoria.com/Documents/13_Berdichevsky_The%20Oliven%C3%A7a%20Question_Pt_PV6.pdf.

“Breve história de Olivença”. Consultado em 16 de junho de 2015.

<http://www.tintazul.com.pt/castelos/olv/historia.html>.

“Constituição da República Portuguesa”. Consultado em 8 de junho de 2015.

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

“Crítica ou Crônica?”. Consultado em 17 de junho de 2015.

<http://criticaoucronica.blogspot.cz/2011/09/olivenca-e-portugal.html>.

Diario de Bordo. Consultado em 12 de junho de 2015.

<http://mtfoliveira.blogspot.cz/2013/03/a-linha-que-nos-separa-xix.html>.

EGURBIDE, Peru (2003), “Ceuta, Melilla, Gibraltar, Olivenza: deudas pendientes”, *El País* de 19 de outubro de 2003. Consultado em 11 de junho de 2015.

http://elpais.com/diario/2003/10/19/domingo/1066535557_850215.html.

Folklore extremeño. Consultado em 17 de junho de 2015.

<https://folkloreestremeno.wordpress.com/2009/02/19/jota-la-uva>.

FREIJEIRO, Antonio Blanco et al. (1990), *Historia de España*, Madrid: Historia 16.

“Galiza dá hoje passo decisivo para entrar na lusofonia”. Consultado em 17 de junho de 2015.

<http://portugalvivo.com/galiza-da-hoje-passo-decisivo-para.html>.

Grupo dos Amigos de Olivença. Consultado em 8 de junho de 2015.

<http://www.olivenca.org/litigio.htm>.

²⁵ Cf. “Galiza dá hoje passo decisivo para entrar na lusofonia”, consultado em 17 de junho de 2015, <http://portugalvivo.com/galiza-da-hoje-passo-decisivo-para.html>.

- “Igreja de Olivença é o Melhor Recanto de Espanha 2012”. Consultado em 12 de junho de 2015.
http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2794220.
- KLÍMA, Jan (2007), *Dějiny Portugalska*, Praha: Nakladatelství Lidové noviny.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira (1985), *História de Portugal*, Lisboa: Palas Editores.
- MATTOSE, José (1993), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa: Círculo de Leitores.
- “Máximo Cajal, el ex diplomático que pidió que se entregara Ceuta y Melilla a Marruecos”. Consultado em 12 de junho de 2015.
<http://www.libertaddigital.com/mundo/maximo-cajal-el-ex-diplomatico-que-pidio-que-se-entregara-ceuta-y-melilla-a-marruecos-1276254717>.
- Nossa Olivença*. Consultado em 17 de junho de 2015.
<https://www.facebook.com/pages/Nossa-Oliven%C3%A7a/134387826586981?ref=ts>.
- OLIVEIRA, Carlos (2005), “CIA mandou retirar questão de Olivença do seu anuário de conflitos internacionais”, *Jornal Miradouro* de 2 de dezembro de 2005. Consultado nas páginas web do Grupo dos Amigos de Olivença em 8 de junho de 2015.
<http://www.olivenca.org/actualidadeDetalhe.asp?categoria=NOTICIAS&ID=220>.
- “Olivença e o chaporreo”. Consultado em 16 de junho de 2015.
<http://letratura.blogspot.cz/2008/04/olivena-e-o-chaporreo.html>.
- Olivença é Território Português*. Consultado em 17 de junho de 2015.
<https://www.facebook.com/pages/Oliven%C3%A7a-%C3%A9-Territ%C3%B3rio-Portugu%C3%AAs/143460752347435?fref=ts>.
- Petição: Entrega de Olivença a Portugal*. Consultado em 17 de junho de 2015.
<http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=Olivenca>.
- Petição: O estatuto jurídico de Olivença*. Consultado em 5 de junho de 2015.
<http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=P2009N53>.
- “Resolução 59-A/78”. Consultado em 8 de junho de 2015.
<http://dre.tretas.org/dre/75414>.
- “Tem fé, ó Olivença”. Consultado em 14 de maio de 2015.
<http://www.youtube.com/watch?v=JzfnmFgyb8A>.
- The World Factbook of CIA*. Consultado em 8 de junho de 2015.
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/po.html#Issues>.